



UnB | CEAM

Centro de Estudos
Avançados Multidisciplinares

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, INFÂNCIA, JUVENTUDE E DIVERSIDADE

AUTORA: LUDMILA SEABRA DE CARVALHO VIEGAS

ORIENTADORA: PATRÍCIA CRISTINA DA SILVA PINHEIRO

**EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:
UM ESTUDO ANALÍTICO**

Brasília

2022

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM ESTUDO ANALÍTICO

Ludmila Seabra de Carvalho Viegas¹

RESUMO

Considerando o contexto de hiper conectividade e excesso de informações e a ausência de políticas públicas robustas voltadas para a educação midiática de crianças e adolescentes no Brasil, este artigo analisa a única política de nível federal que contempla essa modalidade educacional, com o objetivo de contribuir para um campo mais propício à sua promoção no país. Para tanto, procedeu-se a um estudo documental comparativo entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias em alfabetização midiática e informacional da UNESCO para os países. A partir desse estudo, observou-se que a BNCC é uma política que atende a várias das orientações da UNESCO, mas que ainda precisa avançar na convergência com outras políticas públicas e, também, no aspecto da inclusão de crianças e adolescentes diversos, especialmente de meninas e crianças com deficiências, o que permite concluir que já possuímos um marco regulatório nacional que oferece as bases mínimas para a promoção da educação midiática de crianças e adolescentes no Brasil nas escolas, mas que ainda precisa ser aprimorado para garantir que nenhuma criança e adolescente seja excluído.

Palavras-chave: Educação midiática - UNESCO - Base Nacional Comum Curricular - Alfabetização midiática e informacional - Políticas Públicas.

ABSTRACT

Considering the context of hyper connectivity and excess of information, as well as the absence of robust public policies aimed at the media literacy of children and adolescents in Brazil, we sought to analyze the only federal level policy that encompasses this educational category, with the objective of contributing to a more enabling context to its promotion in the country. For this purpose, a comparative documental study was carried out between the National Curricular Common Base (BNCC) and UNESCO's Guidelines for the Formulation of Policies and Strategies on media and information literacy (MIL) for the countries. From this study, it was observed that the BNCC is a policy that meets several of UNESCO's guidelines, but that still needs to advance in the convergence with other public policies, as well as in promoting the inclusion of all children and adolescents, especially girls and children with disabilities, which allows us to conclude that we already have a national regulatory framework that offers the minimum bases for the promotion of media literacy for

¹ Especialista em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade pelo Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília. [Email: ludmilasdc@gmail.com]

children and adolescents in Brazil in schools, but it still needs to be improved to ensure that no child and adolescent is left behind.

Keywords: Media literacy - UNESCO - National Curricular Common Base - Media and Information Literacy - Public Policies.

Introdução

Vivemos na Era da Informação, em que lidamos com uma infinidade de dados e conteúdos disponibilizados ininterruptamente em todos os tipos de mídia: publicidades, rádio, redes sociais, *podcasts*, jornais, revistas, TV, celular, tablet, computador, imagens, *games*, *outdoors*, *busdoors* etc.

Crianças e adolescentes, embora sejam chamados de nativos digitais, são altamente vulneráveis nessa dinâmica social por ainda não possuírem maturidade e senso crítico suficientes para transitarem sem riscos por essa onipresente cultura multimídia, embora estejam cada vez mais nela imersos, consumindo e produzindo conteúdo.

Nesse sentido, e para garantir o direito à liberdade de expressão e à comunicação, é importante o desenvolvimento de habilidades nas crianças e adolescentes de modo que possam fazer parte dessa cultura, maximizando os benefícios que ela tem a oferecer e minimizando os riscos a que estão expostos.

É nesse contexto que se pode entender que educação midiática é,

[...] em tempos de superabundância de informações, ensinar os jovens a acessar o ambiente informacional e midiático de forma crítica, entendendo bem a diferença entre fatos e opiniões e descartando desinformações. [...] isso é a base da participação digital segura que contribui para a formação de cidadãos que logram se engajar em debates qualificados e distantes do ódio e da polarização que têm marcado as redes sociais hoje no mundo. (FERRARI; MACHADO; OCHS, 2020, p. 9).

Crianças e adolescentes midiaticamente educados serão cidadãos mais conscientes, já que compreenderão a importância do combate ao discurso de ódio; saberão como se comunicar melhor, de modo não violento, respeitando a diversidade de opiniões e escolhas; entenderão a importância do jornalismo (e da checagem de fatos) na sociedade; darão valor para a democracia, sabendo usar a liberdade de expressão de modo positivo; e irão consumir e produzir conteúdos com ética e responsabilidade.

Esses cidadãos, mais preparados para lidar com a enorme quantidade de informações, acabam por salvaguardar e fortalecer o processo democrático, pois têm mais capacidade de exercer seu pleno direito à liberdade de expressão, bem como de identificar informações falsas e/ou manipuladas, sendo inclusive capazes de denunciá-las, contribuindo para o combate ao discurso de ódio e outras diversas violações à liberdade de expressão que ameaçam a democracia.

Dada a relevância dessa modalidade de educação, e entendendo que ela só será promovida com a escala necessária se contar com o amparo de políticas públicas adequadas, realizamos um estudo qualitativo da única política pública de educação midiática de âmbito federal existente no Brasil: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir das referências apresentadas pelo documento “Alfabetização Midiática e Informacional: Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A escolha pela BNCC foi feita porque, embora a crescente relevância da educação midiática tenha se refletido nas políticas públicas federais nas últimas décadas, especialmente nas de 1990 e 2000, apenas essa política, entre as três relacionadas a esse tema e de âmbito federal levantadas por Costa (2018, p. 33), ainda se encontra em andamento no Brasil na atualidade. Segundo a autora, as outras duas políticas, os Programas “Mais Educação” e “Mídias na Educação”, estiveram em vigor apenas até o ano de 2012. O critério de seleção da BNCC como a política pública avaliada neste estudo, portanto, foi o de ser ela a única política de âmbito federal relacionada à educação midiática em andamento na atualidade no Brasil.

O estudo considerou em que medida a BNCC cumpre as orientações das diretrizes da UNESCO para a elaboração de políticas nacionais para a promoção da educação midiática, com o objetivo de contribuir para um campo mais propício à promoção dessa modalidade educacional no país.

A hipótese da pesquisa foi a de que, em se tratando da única política de nível federal que contempla a educação midiática no país, e que nem sequer tem a educação midiática como objetivo central, existe uma fragilidade no marco legal brasileiro no que se refere ao que a UNESCO chama de promoção da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), que é o termo utilizado pela organização e que corresponde ao que chamamos de educação midiática.

Metodologia da Pesquisa

A metodologia utilizada na pesquisa foi uma análise qualitativa, realizada por meio de um estudo documental comparativo entre a BNCC e o documento “Alfabetização Midiática e Informacional: Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias”, da UNESCO.

O primeiro passo foi uma leitura cuidadosa dos dois documentos com o objetivo de identificar se o seu conteúdo poderia proporcionar uma análise comparativa. Constatada a possibilidade, passamos para o segundo passo, que foi a delimitação das partes de ambos os documentos que possibilitaria o estudo. Nessa etapa, construímos uma planilha onde esse recorte pudesse ser visualizado para um estudo comparativo.

A escolha da BNCC, reiteramos aqui, se deu por ser a única política pública de nível federal no país que contempla a educação midiática. No entanto, considerando-se que se trata de uma política educacional muito mais ampla, que determina os parâmetros para a estruturação dos currículos gerais das escolas brasileiras, o recorte de análise, realizado no passo 2, permitiu focar no campo de interesse da pesquisa.

Nesse sentido, foram selecionados, dentro da BNCC, os seguintes trechos para análise:

- Na introdução: a BNCC (e as competências gerais da Educação Básica), Marcos Legais que embasam a BNCC; Fundamentos Pedagógicos; e Pacto Federativo e Implementação.

- Na etapa do Ensino Fundamental: a área de Linguagens e Língua Portuguesa (anos iniciais e anos finais).

- Na etapa do Ensino Médio: a área de Linguagens e Suas Tecnologias.

A parte introdutória da política foi selecionada porque é ela que apresenta os marcos conceituais que estruturam toda a BNCC. Para que houvesse uma análise mais apropriada de seu marco teórico de desenvolvimento, conforme as orientações da UNESCO, foi necessário buscar as estruturas teóricas da política, e elas são apresentadas, em sua maioria, nos elementos introdutórios selecionados do documento.

As áreas de Linguagens, Língua Portuguesa, e Linguagens e Suas Tecnologias, nos ensinos fundamental e médio, foram selecionadas porque é nelas em que se encontram os elementos voltados para a promoção da educação midiática nas escolas.

De acordo com o próprio documento da BNCC, a cultura digital tem tratamento transversal em toda a área de Linguagens:

A cultura digital perpassa todos os campos, fazendo surgir ou modificando gêneros e práticas. Por essa razão, optou-se por um tratamento transversal da cultura digital, bem como das TDIC, articulado a outras dimensões nas práticas em que aparecem (BRASIL, 2018, p. 85).

Ferrari, Machado e Ochs (2020) ressaltam a importância da área de língua portuguesa para a promoção da educação midiática em sala de aula:

(...) a BNCC abre espaço para a construção de habilidades diretamente ligadas ao manejo consciente e qualificado da linguagem e da informação em suas diversas funções sociais na área de língua portuguesa. O chamado Campo jornalístico-midiático possibilita a leitura crítica e a produção de textos de mídia, além do entendimento do papel do jornalismo e da publicidade. Já o Campo da atuação na vida pública trata das responsabilidades e oportunidades trazidas pela comunicação e pelas tecnologias, buscando ampliar e qualificar a participação dos jovens na sociedade. Em outros dois campos, a BNCC ainda aprofunda o entendimento do uso da comunicação nas práticas de pesquisa e leva o aluno a refletir sobre suas escolhas enquanto autor na expressão artístico-literária (FERRARI, MACHADO, OCHS, 2020, p. 34).

O documento da UNESCO, por sua vez, foi utilizado como referencial para a análise dessa política por ser uma elaboração do organismo internacional responsável pela condução da agenda de educação midiática no mundo. Dessa forma, adquire a função não só de apresentar os elementos teóricos para subsidiar a análise, junto com a literatura já indicada, como também apresenta uma proposta metodológica para o desenho da política.

A UNESCO é um ator fundamental no contexto da presente discussão tanto por sua liderança em nível internacional quanto por seu estímulo a práticas na área de educação midiática como políticas públicas, desde antes do advento da popularização da internet. Segundo Costa, “Desde a Declaração de Grünwald, na Alemanha, em 1982, a UNESCO incentiva organizações governamentais, em nível mundial, que promovam práticas com a mídia-educação”. (COSTA, 2018, p. 38)

Como parte desse esforço, a organização lançou, em 2016, uma publicação com diretrizes para a formulação de políticas e estratégias de AMI, de modo a oferecer aos governos dos países uma orientação mais embasada para a promoção dessa educação em seus territórios – e este foi o documento escolhido como parâmetro de análise dos trechos selecionados da BNCC que possuem relação com o tema da educação midiática.

O fato de a BNCC ser uma política educacional voltada para a construção dos currículos gerais das escolas do país apresentou um desafio particular para esta pesquisa, que foi o de considerar apenas os trechos específicos que abordam a educação midiática, de modo que foi feito um trabalho de seleção dos aspectos das diretrizes da UNESCO pertinentes ao caráter dos elementos selecionados da BNCC. Dessa forma, as áreas das diretrizes da UNESCO escolhidas para avaliar os trechos já mencionados da Base Nacional Comum Curricular foram:

- Marco teórico / de desenvolvimento para políticas e estratégias de AMI: abordagem de convergência, abordagem baseada nos direitos humanos; abordagem baseada nas sociedades do conhecimento; abordagem de empoderamento; abordagem de diversidade cultural e linguística; e abordagem baseada em gênero e desenvolvimento;

- Principais orientações sobre as políticas da AMI.

O marco teórico foi selecionado porque a pesquisa buscou avaliar o desenho da BNCC, não suas etapas posteriores, como implementação, por exemplo. Com a clareza de que apenas a proposição da BNCC seria analisada, fez-se a opção de avaliá-la com base no marco teórico proposto pela UNESCO.

A escolha das principais orientações sobre as políticas de AMI das indicações metodológicas, por sua vez, justifica-se por serem um compilado das orientações gerais da UNESCO para os países em suas políticas de educação midiática. A intenção com a escolha desse trecho das diretrizes foi avaliar em que medida a BNCC atende as orientações gerais da UNESCO.

Os trechos da BNCC foram avaliados de acordo com esses elementos selecionados do documento da UNESCO, buscando responder a pergunta orientadora da pesquisa: em que medida a BNCC cumpre as orientações das diretrizes da UNESCO para a elaboração de políticas nacionais para a promoção da educação midiática com o objetivo de contribuir para um campo mais propício à promoção dessa modalidade educacional no país?

3. As possibilidades conceituais existentes no campo das competências para o uso das mídias

Com a evolução do desenvolvimento tecnológico, a escalada da quantidade de informações e dos meios pelos quais temos acesso a elas, em diferentes e novas linguagens, nasceram novas necessidades de conceituação de texto, alfabetização e mesmo de informação.

De acordo com Cerigatto (2018, p. 51),

[...] os meios de comunicação, as redes sociais, a internet, os jornais, são “lidos” muito constantemente. Isso, de maneira alguma, significa dar menos importância para o livro impresso e a leitura tradicional, mas admitir que não são somente essas as únicas formas de ler, os únicos suportes [...]. É preciso não somente reconhecer novos suportes de leitura, mas também diversos conteúdos como textos a serem lidos, que exigem habilidades de leitura diferentes (CERIGATTO, 2018, p. 51).

A partir desse contexto, a autora nos apresenta o entendimento da necessidade de “uma nova alfabetização que abranja habilidades no ambiente digital” (CERIGATTO, 2018, p. 57).

Diferentes autores buscaram desenvolver quais seriam essas novas e diferentes competências e habilidades necessárias para a Era da Informação e sua cultura multimídia, gerando diversos termos e conceitos para delinear-las. Costa corrobora: “O amplo alcance da concepção de educação midiática pelo mundo abarca várias perspectivas”. (COSTA, 2017, p. 39)

Alguns dos diversos termos e conceitos desenvolvidos nos últimos anos foram: alfabetização tecnológica, alfabetização informacional, alfabetização para a mídia, alfabetização visual, educação midiática, competências infocomunicacionais em ambientes digitais, *media literacy*, entre outros (CERIGATTO, 2018).

É fundamental discutirmos essa enorme variedade de camadas conceituais que envolvem a educação midiática porque, segundo Livingstone, “Quando um único termo é usado em diversos domínios, surgem confusões. A maneira como *media literacy* é definida tem consequências para o enquadramento do debate, da agenda de pesquisas e de iniciativas políticas”. (LIVINGSTONE, 2004, p. 5, tradução nossa)

Dado que o estudo buscou justamente realizar a verificação de um aspecto de uma política em relação a uma recomendação internacional, foi fundamental posicioná-lo frente à diversidade de possibilidades conceituais existentes no campo das competências para o uso das mídias. Com esse propósito, iniciamos esse esforço delineando o conceito de *media literacy* apresentado por Livingstone (2004).

Segundo a autora, o termo *media literacy*, que aqui traduzimos como alfabetização midiática, pode ser definido da seguinte maneira:

Alfabetização midiática - alfabetização no sentido mais geral, de fato - é a habilidade para acessar, analisar, avaliar e criar mensagens em uma variedade de formas (Aufderheide, 1993; Christ & Potter, 1998). Esses quatro componentes - acesso, análise, avaliação, e criação de conteúdo - juntos constituem uma abordagem baseada em habilidades para a alfabetização midiática. Cada componente apoia os outros como parte de um processo de aprendizagem não linear e dinâmico: aprender a criar conteúdo ajuda uma pessoa a analisar aqueles produzidos profissionalmente por outros; habilidades em análise e avaliação abrem as portas para novos usos da Internet, expandindo o acesso e assim por diante (LIVINGSTONE, 2004, p. 5, tradução nossa).

Ainda no sentido da intenção de construir a base conceitual que define as competências necessárias para se caminhar nas trilhas informacionais, e levando em consideração o referencial selecionado, é preciso falar do conceito adotado pela UNESCO: Alfabetização Midiática e Informacional. De acordo com a organização,

A alfabetização midiática e informacional (AMI) é uma base para aumentar o acesso à informação e ao conhecimento, intensificar a liberdade de expressão e melhorar a qualidade da educação. A AMI descreve as habilidades e as atitudes necessárias para valorizar nas sociedades as funções das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, bem como para encontrar, avaliar e produzir informações e conteúdos midiáticos; em outras palavras, apresenta as competências fundamentais para que as pessoas participem de maneira eficaz de todos os aspectos do desenvolvimento (GRIZZLE *et al.*, 2016, p. 5).

Entendemos o conceito composto proposto pela UNESCO como importante para orientar as políticas públicas nos países de todo o mundo, dado que essas políticas precisam contemplar toda a complexidade conceitual apresentada até aqui. No entanto, para fins de delimitação teórica de nosso estudo, considerando-se que ele teve um recorte restrito a uma política pública brasileira, com alcance nacional, optamos por adotar o termo educação midiática por ser amplamente utilizado no país, bem como por ser a base conceitual adotada por Ferrari, Machado e Ochs (2020), grandes estudiosas da educação midiática na BNCC, objeto de nossa proposta de estudo. Considerando isso, toda vez que o termo AMI (Alfabetização Midiática e Informacional) da UNESCO for citado, deve ser considerado um correspondente sinônimo de educação midiática.

As autoras definem, ainda, educação midiática como "um conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional em todos os seus formatos, dos impressos aos digitais" (FERRARI; MACHADO; OCHS, 2020, p. 50). De acordo com elas, educar midiaticamente demanda a intencionalidade de construir habilidades para extrair o melhor do que a

abundância de informações tem a oferecer. Além disso, as autoras explicam que, quanto mais cedo se der o início da educação midiática, melhor, pois a prática de ser educado midiaticamente é um exercício constante para toda a vida.

4. As Diretrizes da UNESCO e a Base Nacional Comum Curricular

A UNESCO, organização com atuação mundial, declara expressamente o incentivo a que todos os países desenvolvam políticas e estratégias nacionais de educação midiática (GRIZZLE *et al.*, 2016). Segundo a organização,

As políticas e as estratégias da AMI promovem a criação de sociedades baseadas no conhecimento, inclusivas, pluralistas, democráticas e abertas. As políticas e as estratégias da AMI são fundamentais para garantir a continuidade da governança moderna e da cidadania global no mundo digital. Sem políticas e estratégias da AMI, provavelmente, aumentarão as disparidades entre os que têm e os que não têm acesso à informação e às mídias, e entre os que exercem ou não a liberdade de expressão. Outras disparidades surgirão entre os que são e os que não são capazes de encontrar, analisar e avaliar de maneira crítica, além de aplicar a informação e o conteúdo midiático na tomada de decisão. [...] As políticas e as estratégias da AMI são necessárias porque permitem que as pessoas adquiram competências para se defender de culturas dominantes e criar os próprios efeitos contrários a elas, ao compartilhar suas histórias por meio de discussões e engajamentos criativos e, dessa forma, proteger a diversidade cultural, o multilinguismo e o pluralismo (GRIZZLE *et al.*, 2016, p. 12-13).

Apesar das variadas nuances conceituais propostas pelos mais diversos autores, o que todos eles têm em comum é a defesa da importância dessa modalidade de educação em larga escala.

Reforça-se a relevância da pesquisa aqui apresentada de análise da BNCC, uma vez que apenas com esse tipo de estudo é que podemos entender como aprimorá-la:

Políticas públicas, programas e projetos desenvolvidos pelo governo provocam, geralmente, duas emoções: o entusiasmo inicial deflagrado com a formulação ou reformulação de ações do poder público e, em seguida, a decepção decorrente dos resultados concretos alcançados por tais iniciativas. A aproximação destes dois polos é tarefa que cabe à avaliação de políticas públicas, **seja pela provisão de subsídios que informem melhor o desenho e a formulação de políticas, seja pela produção de conhecimento que aprimore seu funcionamento e ajude-as a gerar melhores resultados** (IPEA, 2010, p. 661, grifo nosso).

Em relação ao marco teórico/de desenvolvimento para políticas e estratégias de AMI, pode-se afirmar que o aspecto do embasamento teórico da BNCC responde bem à maioria das abordagens inter-relacionadas apresentadas pelo documento da UNESCO.

Consideramos que a BNCC atende adequadamente os requisitos da abordagem baseada nas sociedades do conhecimento, uma vez que afirma a importância do acesso igualitário a uma educação de qualidade a todas as crianças e adolescentes, aborda o multiculturalismo como princípio que garanta a expressão da diversidade cultural, ressalta a importância do acesso universal à informação e, ainda, discorre sobre a necessidade de se valorizar a liberdade de expressão de forma ética. O único ponto em que a abordagem poderia ser mais explícita na política, de acordo com o documento da UNESCO, é no que diz respeito às implicações da liberdade de expressão para a igualdade de gênero.

A política também atende adequadamente a abordagem de empoderamento, uma vez que a BNCC apresenta ênfase no empoderamento dos estudantes no uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), discorre sobre a necessidade do equilíbrio entre regulamentação e empoderamento e, ainda, pondera sobre a educação midiática como importante para que todas as crianças e adolescentes possam ser cidadãos tomadores de decisão ativos.

Em relação à abordagem baseada nos direitos humanos, fica claro em vários trechos da BNCC que ela se baseia em padrões e princípios de direitos humanos para conduzir o desenvolvimento da educação midiática no país. No entanto, avaliamos que a política ainda pode avançar no oferecimento de ferramentas de análise, monitoramento e avaliação dos resultados e processos guiados pelos padrões e princípios dos direitos humanos em sua implementação nas escolas.

A BNCC também contempla adequadamente a abordagem de diversidade cultural e linguística, dado que deixa claro que é necessário o empoderamento dos idiomas locais e vernáculos no contexto educacional, que a educação deve ser promovida em sala de aula para que convivamos com nossas diferenças – e não apesar delas – e, também, que devem ser oferecidas estratégias para a promoção da diversidade cultural e linguística na área de comunicação.

Em relação à abordagem baseada em gênero e desenvolvimento, a BNCC poderia melhorar. Embora a política afirme que é necessário um planejamento com foco na equidade para reverter a exclusão histórica que marginaliza determinados grupos, ela poderia avançar mais em explicitar a questão de gênero nesse contexto. A política não reconhece explicitamente que meninas e meninos não têm o mesmo acesso à informação, às novas mídias e às novas plataformas tecnológicas, e que são necessárias medidas para corrigir essa diferença de ponto de partida em sala de aula.

Em função disso, ela não garante que meninos e meninas tenham o mesmo acesso às competências da AMI, posto que essa exclusão digital baseada em gênero que está presente na sociedade pode fazer com que meninas tenham mais dificuldade com conceitos básicos de educação midiática se não forem adotadas estratégias específicas para gerar equidade no conhecimento – e a BNCC não aborda a necessidade dessas estratégias equitativas baseadas em gênero.

Uma vez que a negação de direitos a meninas e mulheres segue como um dos principais fatores de desigualdade em todo o mundo, especialmente no Brasil, é fundamental transversalizar as questões de gênero em todas as políticas públicas, inclusive nas de educação midiática. A BNCC é insuficiente, portanto, no sentido de incluir gênero como uma abordagem estrutural de desenvolvimento, como orienta a UNESCO.

Por fim, no âmbito do marco teórico / de desenvolvimento para políticas e estratégias de AMI, há a abordagem de convergência, que orienta que educação midiática seja incorporada em diferentes áreas do setor público, de modo que políticas e estratégias diferentes atuem de maneira articulada. Essa é a única abordagem não contemplada pela BNCC. Até pelo fato de ser uma política educacional ampla que foca nas bases de construção dos currículos das escolas brasileiras, e não em educação midiática em si (ao menos não nesses termos), a BNCC não explicita em nenhum momento a necessidade de articular a alfabetização midiática e informacional a outras políticas públicas do país conforme orientação do organismo internacional.

O segundo elemento de análise do documento da UNESCO selecionado como marco metodológico para a avaliação da BNCC foram as principais orientações da organização sobre políticas de AMI. São apresentadas, abaixo, todas as orientações presentes no documento, acompanhadas do resultado da avaliação dos trechos selecionados da BNCC no sentido do diagnóstico a respeito de contemplarem totalmente, contemplarem parcialmente ou não contemplarem cada orientação. A apresentação dos resultados é seguida de uma análise sobre os pontos que não contemplam ou que contemplam apenas parcialmente as orientações da UNESCO.

Quadro 1- Aspectos contemplados na BNCC

<p align="center">Orientação da UNESCO</p>	<p align="center">Avaliação dos trechos da BNCC que se referem à educação midiática</p>
<p>Os programas da AMI apresentarão oportunidades de empoderamento e maior participação democrática, envolvendo os cidadãos na produção criativa de conteúdo midiático e informacional, bem como lhes ofertarão conhecimento, atitudes e habilidades para usar e engajar-se de maneira crítica com a mídia e outros provedores de informação.</p>	<p align="center">Contemplam totalmente</p>
<p>Os programas com o objetivo de empoderar os cidadãos com as competências em AMI promoverão o desenvolvimento de sociedades do conhecimento abertas, incluindo bibliotecas reformadas, diversas mídias livres de influências externas e internas, a liberdade de expressão, a liberdade de informação, o desenvolvimento aberto (isto é, desenvolvimento caracterizado pela responsabilização e transparência) e os benefícios dos direitos humanos.</p>	<p align="center">Contemplam parcialmente</p>

<p>Os programas da AMI promoverão a inclusão social e a redução da “falha na participação” entre os cidadãos que estão e os que não estão envolvidos na criação e no uso crítico de conteúdo midiático e informacional. Os programas da AMI promoverão a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, assim como fornecerão oportunidades para a participação de diversas comunidades, incluindo comunidades autóctones, pessoas com necessidades especiais e crianças e jovens que vivem na pobreza.</p>	<p>Contemplam parcialmente</p>
<p>Os programas da AMI oferecerão educação e treinamento específicos para desenvolver as competências midiáticas e informacionais dos indivíduos (conhecimentos, habilidades e atitudes) e criar conhecimentos e habilidades a partir de uma ampla variedade de fontes de mídias e informações.</p>	<p>Contemplam totalmente</p>
<p>Os programas da AMI identificarão os benefícios econômicos associados às mídias, a instituições de memória e a outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet. Além disso, eles enfatizarão como o desenvolvimento capacitado de habilidades, conhecimentos e atitudes relacionados à mídia e à informação pode levar a novas oportunidades de comércio e negócios e ao desenvolvimento de novas indústrias.</p>	<p>Contemplam totalmente</p>

<p>Os programas da AMI aproveitarão as vantagens das oportunidades culturais oferecidas pelas mídias e pelas tecnologias de informação, facilitando o diálogo intercultural e desenvolvendo a compreensão mútua, por meio da transmissão de tradições e culturas de novas formas e pelo reconhecimento de novas práticas culturais.</p>	<p>Contemplam totalmente</p>
<p>Os programas da AMI promoverão os benefícios das mídias, de instituições de memória e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, estabelecendo, com isso, relações entre a AMI, a alfabetização em saúde, iniciativas de e-saúde, agricultura, alfabetização científica, alfabetização financeira etc. Em particular, promoverão o acesso à informação e a atenção às comunidades remotas e rurais.</p>	<p>Não contemplam</p>
<p>Os programas da AMI identificarão oportunidades de sustentabilidade para as mídias e tecnologias de informação e mostrarão como elas podem ser usadas para promover a educação sobre desenvolvimento sustentável e também oferecer oportunidades de práticas de desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Contemplam parcialmente</p>

Avaliou-se que a segunda orientação, relacionada à promoção de sociedades do conhecimento abertas, incluindo bibliotecas reformadas e benefícios dos direitos humanos, foi apenas parcialmente contemplada nos trechos analisados da BNCC

porque, embora a política deixe clara a base de promoção e respeito aos direitos humanos, bem como a promoção da liberdade de expressão e de informação, ela não aborda a necessidade de reformar bibliotecas, tampouco problematiza a necessidade da oferta de mídias livres de influências externas e internas para os alunos. Também não entra no mérito do desenvolvimento aberto (caracterizado pela responsabilização e transparência). A BNCC poderia avançar nesses pontos.

Em relação à terceira orientação, sobre inclusão social, gênero, pessoas com necessidades especiais e pobreza, avaliou-se que foi parcialmente contemplada porque consideramos que não há, nos trechos da BNCC analisados, suficiente fomento ao estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou à problematização a respeito da necessidade da inclusão de LIBRAS nos meios digitais. Consideramos que seria importante que esse tipo de explicitação fosse feita.

Além disso, fazem falta as especificações a respeito da transversalização de gênero em toda a política, conforme já mencionado. A BNCC também não aborda, nos trechos analisados, como lidar com a questão da redução da “falha na participação” entre os cidadãos que estão e os que não estão envolvidos na criação e no uso crítico de conteúdo midiático e informacional.

Em relação à penúltima orientação, a respeito de que os programas da AMI promoverão os benefícios das mídias, de instituições de memória e de outros provedores de informação, estabelecendo, com isso, relações entre a AMI, a alfabetização em saúde, iniciativas de e-saúde, agricultura, alfabetização científica, alfabetização financeira entre outros, com o acesso à informação e a atenção às comunidades remotas e rurais em particular, considerou-se que os trechos analisados da BNCC não a contemplam. Não há nenhum trecho específico que mostre claramente como a educação midiática a ser promovida nas escolas pode estabelecer relações com outras alfabetizações. Além disso, consideramos que não há orientações específicas voltadas para a inclusão digital das comunidades remotas e rurais em particular².

² Este elemento ilustra bem como a falta de convergência das políticas de educação midiática com outras políticas públicas nacionais prejudica o acesso adequado de todos às tecnologias de informação e comunicação. Sem integração com as políticas de infraestrutura, que viabilizariam a existência de equipamentos e conexão com internet, por exemplo, não há como populações ribeirinhas ou rurais terem aulas de educação midiática, ainda que a BNCC preconize que esta é uma área a ser estruturada pelas escolas e oferecida para os alunos.

Por fim, em relação à última orientação, sobre oportunidades de sustentabilidade para as mídias e tecnologias de informação e sobre como podem oferecer oportunidades de práticas de desenvolvimento sustentável, considerou-se que os trechos analisados da BNCC contemplam-na parcialmente, apenas porque não entram no mérito de identificar oportunidades de sustentabilidade para as mídias e tecnologias da informação. O restante da orientação é contemplado pelos trechos analisados.

Considerações Finais

Buscando compreender em qual medida a BNCC cumpre as orientações das diretrizes da UNESCO para a elaboração de políticas nacionais para a promoção da educação midiática, verificou-se que a única política pública federal voltada para a promoção da educação midiática do país pode ser considerada satisfatória em vários aspectos preconizados pelas Nações Unidas. No entanto, há espaços para melhorias nessa política, conforme apontado ao longo do artigo.

Destacam-se aqui a falta de convergência da BNCC com outras políticas públicas, como sua integração com políticas de infraestrutura (para a garantia de conectividade com a internet), políticas de compras públicas (para aquisições de equipamentos adequados), de inclusão digital e outras. Destaca-se também a clara falta de atenção da política às questões relacionadas à equidade de gênero, diversidade e inclusão. Uma vez que esses e todos os demais aspectos avaliados sejam contemplados na BNCC ou em políticas de educação midiática complementares, teremos um país mais eficiente na proteção das crianças e adolescentes na Era da Informação, assim como cidadãos mais críticos, éticos e conscientes de seu papel na manutenção de nossa democracia.

Considerados os aspectos conceituais desse debate, verificamos que, do ponto de vista da análise do marco teórico para políticas de AMI definido pela UNESCO, a BNCC atende adequadamente à maioria das abordagens.

Ela contempla satisfatoriamente as abordagens baseadas nos direitos humanos, nas sociedades do conhecimento, a de diversidade cultural e linguística, e a de empoderamento. Ela contempla parcialmente a abordagem baseada em gênero e desenvolvimento, e não contempla a abordagem de convergência.

Entretanto, mesmo contemplando adequadamente a chamada abordagem baseada nos direitos humanos, a BNCC ainda poderia avançar no oferecimento de ferramentas de análise, monitoramento e avaliação dos resultados e processos guiados pelos padrões e princípios dos direitos humanos em sua implementação nas escolas.

Comparece na BNCC, ainda que parcialmente, a abordagem de gênero e desenvolvimento. Contudo, ela não está declaradamente associada às demais políticas e às estratégias nacionais e internacionais de igualdade de gênero, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres ou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio, dos quais o Brasil é signatário. Além disso, a BNCC não enfatiza adequadamente a situação desigual das mulheres e meninas no país, não explicita nenhuma ênfase na proteção desses grupos sociais e nem em seu empoderamento por meio da AMI, nem tampouco especifica que o acesso delas às TIC deve ser garantido.

No que se refere à transversalidade, é preciso avançar na convergência da BNCC com outras políticas públicas. A educação midiática não está incorporada em outras políticas, de diferentes áreas do setor público.

Quando verificamos as principais orientações da UNESCO para as políticas de AMI, observamos que três delas foram totalmente contempladas na BNCC, quatro delas foram parcialmente contempladas, e uma delas não foi contemplada na política (de um total de oito orientações).

Por meio da análise dos aspectos de formulação e desenho dos trechos selecionados da BNCC que têm relação com a educação midiática, foi possível identificar que é necessário complementar o que falta e/ou aperfeiçoar o que já existe para garantir o direito das crianças, adolescentes e jovens de usufruírem uma relação saudável, crítica, segura e cidadã com o atual ambiente multimídia e as novas tecnologias de informação e comunicação; uma relação que respeite sua privacidade, sua integridade, seu senso crítico, sua capacidade de se desconectar quando necessário, e sua proteção, de modo geral.

Após toda a análise realizada, destacam-se três pontos importantes aos quais é importante voltar especial atenção: o primeiro refere-se ao próprio fato de que não existe uma política pública de nível federal voltada exclusivamente para a educação midiática no Brasil. Ainda que a BNCC contemple essa modalidade de educação, é uma política mais ampla, e, por isso, carece de mais elementos que de fato garantam

o acesso de crianças e adolescentes à conexão com o mundo da informação tal como ele se apresenta e evolui diariamente.

A questão do acesso refere-se, também, à infraestrutura, o que leva ao segundo ponto: é preciso atentar para a convergência da BNCC com outras políticas públicas. Sem que as escolas tenham bibliotecas equipadas, conexão com internet, equipamentos necessários e profissionais qualificados, não é possível proporcionar uma educação midiática de qualidade às crianças e adolescentes.

Essa lógica leva ao terceiro ponto, que trata de inclusão. É preciso considerar que há grupos sociais que não têm acesso às tecnologias de informação em suas casas. Promover uma educação que considere essa diferença de acesso é fundamental. Nesse contexto, é fundamental que se pense sobre a relação da BNCC com a perspectiva da equidade de gênero, com as crianças com deficiência e com as crianças que, de modo geral, têm diferentes acessos, vivências, linguagens etc. Com os devidos cuidados para que ninguém fique para trás, a BNCC terá muito mais potencial para oferecer as bases para uma sociedade mais equitativa, ética, responsável, e que salvasse a democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CERIGATTO, Mariana Pícaro. **Diálogos possíveis entre competências informacional e midiática**: revisão da literatura e posicionamento de instituições da área. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

COSTA, Elizângela Rodrigues da. **Educomunicação e políticas públicas**: estudo comparativo de educação midiática nas redes municipais de ensino do Rio de Janeiro e de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2018.

FERRARI, Ana Cláudia; MACHADO, Daniela; OCHS, Mariana. **Guia da Educação Midiática**. Instituto Palavra Aberta, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://educamidia.org.br/guia>. Acesso em: 22 abr. 2021.

GRIZZLE, Alton *et al.* **Alfabetização Midiática e Informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, 2016.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Brasil em Desenvolvimento:** Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010. v. 3.

LIVINGSTONE, Sonia. **Media Literacy and the Challenge of New Information and Communication Technologies.** The Communication Review, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/30521209>. Acesso em: 18 maio 2021.